

A PRÁTICA DE ANÁLISE LINGUÍSTICA NA PERSPECTIVA ENUNCIATIVO-DISCURSIVA:

Reflexões acerca da Base Nacional Comum Curricular e do Referencial Curricular Amapaense

LINGUISTIC ANALYSIS PRACTICE FROM AN ENUNCIATIVE-DISCURSIVE PERSPECTIVE:

Reflections on the National Common Curricular Base and the Amapá Curricular Framework

Gerson Sousa Félix Teixeira  
gersonfelix88@hotmail.com
 Universidade do Estado do Amapá

Ana Patrícia Silva da Costa  
patriciasilva12201152@gmail.com
 Universidade do Estado do Amapá

Andrey da Silva e Souza  
andreysouza2306@gmail.com
 Universidade do Estado do Amapá



Revista dos Cursos de Letras e do Programa de Pós-graduação em Letras – Unifap

FLUXO DA SUBMISSÃO

Submissão do trabalho: 28/08/2025

Aprovação do trabalho: 12/05/2026

Publicação do trabalho: 14/08/2026

COMO CITAR

TEIXEIRA, Gerson; SILVA DA COSTA, Ana Patrícia; SOUZA, Andrey. A PRÁTICA DE ANÁLISE LINGUÍSTICA NA PERSPECTIVA ENUNCIATIVO-DISCURSIVA: Reflexões acerca da Base Nacional Comum Curricular e do Referencial Curricular Amapaense. Revista Letras Escreve, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 236-252, 2026. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/letrasescreve/article/view/1776>.

Resumo

O ensino de Língua Portuguesa na Educação Básica passou por significativas transformações, especialmente após a publicação da Base Nacional Comum Curricular (doravante, BNCC), em 2018. No intuito de complementar a matriz nacional com uma proposta curricular mais alinhada às especificidades do estado do Amapá, foi elaborado e publicado, em 2019, o Referencial Curricular Amapaense (de agora em diante, RCA). Ambos os documentos estão fundamentados em uma concepção “enunciativo-discursiva” (Bakhtin, 1997) de língua/linguagem e devem apresentar, de forma articulada e complementar, competências e habilidades a serem desenvolvidas pelos estudantes da Educação Básica. Diante desse contexto, a presente pesquisa se construiu a partir da seguinte questão norteadora: de que forma os conteúdos presentes no eixo análise linguística do RCA, especificamente do ensino fundamental - anos finais, apresentam as especificidades linguísticas amapaenses e se articulam com as habilidades previstas na BNCC? A fim de responder a essa indagação, o presente trabalho teve como objetivo analisar como os conteúdos presentes no eixo análise linguística do RCA no ensino fundamental relacionam as especificidades linguísticas amapaenses articulando-se com as habilidades estabelecidas pela BNCC. Para fundamentar a discussão, o referencial teórico baseou-se em: Antunes (2009), Bakhtin (1995), Geraldi (1997; 2011), Reinaldo e Bezerra (2020), Travaglia (1997), entre outros. Metodologicamente, esta pesquisa caracteriza-se como uma análise documental de abordagem qualitativa, conforme Gil (2008). Os resultados evidenciam que, no eixo análise linguística, o RCA apresenta um quantitativo de habilidades quase que completamente semelhantes às da BNCC, tendo sido encontrada uma única habilidade com foco nas peculiaridades linguísticas do estado. Desse modo, o documento estadual cumpre superficialmente o objetivo de complementar a base nacional, cujas peculiaridades regionais do estado deveriam ser incorporadas como instrumentos de reflexão em atividades escolares de análise linguística, envolvendo práticas de natureza linguística, epilinguística e metalinguística.

Palavras-chave: Ensino de língua portuguesa; Base Nacional Comum Curricular; Referencial Curricular Amapaense; ensino fundamental; análise linguística.

Abstract

The teaching of Portuguese Language in Basic Education has undergone significant transformations, especially following the publication of the Base Nacional Comum Curricular (hereafter BNCC) in 2018. In order to complement the national framework

with a curricular proposal more aligned with the specificities of the state of Amapá, the Referencial Curricular Amapaense (hereafter RCA) was developed and published in 2019. Both documents are grounded in an “enunciative-discursive” (Bakhtin, 1995) conception of language and are intended to present, in an articulated and complementary manner, the competencies and skills to be developed by Basic Education students. Within this context, the present research was guided by the following question: how do the contents related to Amapá’s linguistic specificities, found in the linguistic analysis axis of the RCA – specifically in elementary education – articulate with the skills outlined in the BNCC? To address this question, the study aimed to analyze how the contents in the linguistic analysis axis of the RCA for elementary education relate Amapá’s linguistic particularities to the skills established by the BNCC. The theoretical framework was based on Antunes (2009), Bakhtin (1995), Geraldi (1997; 2011), Reinaldo and Bezerra (2020), Travaglia (1997), among others. Methodologically, this research is characterized as a qualitative documentary analysis, according to Gil (2008). The results reveal that, within the linguistic analysis axis, the RCA presents a set of skills almost entirely similar to those in the BNCC, with only one skill focused on the state’s linguistic peculiarities. Thus, the state document does not fulfill its objective of complementing the national framework, as the regional specificities of Amapá should be incorporated as tools for reflection in school activities involving linguistic, epilinguistic, and metalinguistic practices.

Key words: Portuguese language teaching; Common National Curriculum Base; Amapá Curriculum Reference; elementary education; linguistic analysis.

Introdução

Na Educação Básica, o ensino de Língua Portuguesa (LP) tem como objetivo desenvolver a capacidade comunicativa dos alunos, preparando-os para diferentes situações de interação social e habilitando-os a adequar-se aos variados contextos comunicativos. Nesse sentido, a reflexão crítica sobre os múltiplos usos da linguagem, expressos nos diversos gêneros textuais, deve ocupar lugar central no ensino, permitindo que os estudantes se tornem comunicadores eficazes e conscientes. A partir desse contexto, a prática de análise linguística em aulas de LP refere-se ao estudo crítico e reflexivo sobre o funcionamento da língua, com foco na compreensão dos sentidos produzidos pelas escolhas (lexicais e gramaticais) dos interlocutores no processo comunicativo. Essa prática envolve a observação dos elementos linguísticos e de sua articulação em diferentes contextos, gerando múltiplos significados por meio das categorias gramaticais da língua, a saber: fonética, fonologia, morfologia, sintaxe, semântica e pragmática.

Nesse sentido, tanto na BNCC como no RCA, a análise linguística é configurada como um eixo do ensino de LP, ao lado das atividades de leitura, escrita e oralidade, buscando desenvolver a competência linguística dos alunos, permitindo que eles compreendam e utilizem a língua de forma crítica e reflexiva. Nesse sentido, uma vez que a BNCC corresponde à construção da parte comum do currículo escolar, o RCA corresponde à parte diversificada, tendo a função de complementar a matriz curricular nacional, a partir das especificidades culturais do Amapá. Nesse contexto, a presente pesquisa se desenvolveu tendo a seguinte questão norteadora: de que forma os conteúdos presentes no eixo análise linguística do RCA, especificamente do ensino fundamental - anos finais, apresentam as especificidades linguísticas amapaenses e se articulam com as habilidades previstas na BNCC?

Partindo dessa problemática, a presente pesquisa, desenvolvida no âmbito do Programa de Bolsa de Iniciação Científica e Tecnológica da Universidade do Estado do Amapá (PROBICT/UEAP), objetivou analisar como os conteúdos presentes no eixo análise linguística do RCA do ensino fundamental relacionam as especificidades linguísticas amapaenses e se articulam com as competências estabelecidas pela BNCC. Nesse sentido, o referencial teórico que permitiu a concretização desse estudo está fundamentado em autores que abordam questões relevantes sobre ensino de LP, são eles: Bakhtin (1995), Travaglia (1997), Antunes (2009),

Geraldi (1997; 2011) e Reinaldo e Bezerra (2020), entre outros. A pesquisa empreendia caracteriza-se como documental, a partir de uma abordagem qualitativa, conforme Gil (2008), cujo principal instrumento de análise foi o RCA. Desse modo, foram delineados três passos. Inicialmente, todas as habilidades gerais do 6º ao 9º ano presentes no eixo análise linguística do RCA foram mapeadas; logo depois, foram analisadas individualmente a fim de identificarmos se apresentavam conteúdos referentes à diversidade linguística, regional e cultural próprias do povo amapaense; por fim, a última etapa, consistiu em comparar o teor argumentativo descrito nas habilidades do RCA com as descritas pela matriz nacional da BNCC.

Uma vez finalizados os passos que constituíram a análise do documento, os resultados alcançados revelam que as habilidades gerais, do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, no eixo análise linguística do RCA, são praticamente idênticas às encontradas na BNCC, havendo uma única menção referente ao tema “variação linguística”, no campo artístico literário, o qual orienta o desenvolvimento de habilidades de reconhecimento e valorização dos traços linguísticos e culturais dos povos Karipuna e dos Galibi Marworno, comunidades indígenas tradicionais do estado do Amapá. No entanto, considera-se essa habilidade dispersa diante das demais que mantêm texto igual ao da matriz nacional. Diante desse fato, constatamos que as orientações podem gerar dificuldades para os professores amapaenses, uma vez que, por serem as habilidades dos documentos quase que completamente idênticas, podem não conseguir identificar a relevância do RCA e a maneira mais adequada de trabalhar os conteúdos próprios da região, com habilidades e competências bem definidas.

Além desta introdução, o presente artigo está estruturado em duas seções dedicadas ao referencial teórico, uma seção de análise dos dados, seguida pelas conclusões e, por fim, pelas referências que fundamentam a pesquisa.

1 Políticas educacionais e ensino de língua portuguesa: uma revisão das diretrizes normativas

Desde a promulgação da Constituição Federal em 1988, a educação passou a ser reconhecida como um direito subjetivo a todos os cidadãos brasileiros, sendo responsabilidade compartilhada entre o Estado e a família. No texto constitucional, as diretrizes que regulamentam a educação nacional encontram-se descritas do artigo 205 ao 214. Esses dispositivos preveem, entre outras normativas, a elaboração de um Plano Nacional de Educação (PNE) com vigência decenal, que deve viabilizar a construção de políticas públicas em colaboração entre os entes federativos, União, Estados e Municípios, com o propósito de assegurar um ensino de qualidade à população estudantil brasileira. Nesse sentido, consta no artigo 214º:

A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam (Brasil, 1988, p. 135).

Conforme previsto na constituição, cabe a ela regulamentar e orientar a formulação do PNE, concebido como um instrumento estratégico que estabelece metas, objetivos e estratégias capazes de nortear as ações

educacionais dos estados e municípios. Ademais, paralelamente ao PNE, as instituições de ensino devem se adequar às determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), sancionada em 20 de dezembro de 1996, considerada o marco legal que regulamenta a educação escolar no Brasil.

Segundo Santos (2003), a LDB é uma ferramenta essencial no panorama educacional brasileiro, pois complementa a Constituição Federal, que aborda a educação em sentido amplo. Em vista disso, a LDB se centra na educação escolar, ou seja, no ensino formal oferecido por instituições específicas. Em seu primeiro artigo, a LDB delimita seu campo de atuação, afirmando que: “Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias” (Brasil, 1996, s/p.). Dessa forma, outros tipos de educação, como a não formal e a informal, não são contemplados por essa legislação. Em sequência, a LDB apresenta os princípios que devem nortear a educação escolar no Brasil, tais como:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1996, s/p.)

Com a educação escolar regulamentada tanto pela Constituição Federal quanto pela LDB, surgiu a necessidade de um instrumento normativo que orientasse os docentes quanto aos conteúdos a serem ensinados em sala de aula. Nesse contexto, foram publicados, em 1998, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), concebidos como referências para o desenvolvimento das práticas educativas na educação básica.

Os PCNs oferecem orientações específicas para cada disciplina, apresentam diferentes habilidades a serem promovidas entre os estudantes e incorporam temas transversais que devem ser trabalhados de forma integrada nos componentes curriculares. No que tange ao ensino de LP, os PCNs trouxeram mudanças significativas, sobretudo ao apontar que o foco do ensino é a linguagem em uso, a partir de uma perspectiva dialógica e interativa da língua como prática social. De acordo com Antunes (2003), os Parâmetros reconhecem a natureza da linguagem, a relação do texto oral-escrito e a gramática com os objetivos e os conteúdos a serem ensinados, primando por uma prática interdisciplinar.

Nesse sentido, os PCNs, que permanecem sendo importantes documentos orientativos aos docentes brasileiros, tiveram uma grande atuação no final dos anos 90 até a primeira década dos anos 2000. A partir da segunda década do século XXI, instaurou-se no cenário escolar brasileiro uma necessidade de definir uma base de conteúdos comuns a serem ministrados nas escolas de todo o país, ou seja, um documento normativo que contivesse todas as competências e habilidades necessárias ao desenvolvimento dos estudantes em cada série da educação básica, tanto em escolas públicas quanto privadas. É nesse contexto que é publicada, em 2018, a BNCC.

Com objetivo de amparar a construção dos currículos das instituições escolares brasileiras, a BNCC é definida como “o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos deverão desenvolver ao longo das etapas e modalidades da educação básica” (Brasil, 2018, p.7). Partindo desse propósito, o documento apresenta uma matriz comum com as diretrizes gerais para a formação intelectual dos estudantes de nível básico.

Desse modo, a base é estruturada de acordo com as três grandes etapas da educação básica, quais sejam: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Na educação infantil, o documento enfatiza os direitos

de aprendizagem e desenvolvimento, organizando os objetivos pedagógicos a partir dos campos de experiência, tais como: “O eu, o outro e o nós”, “Corpo, gestos e movimentos”, entre outros. No ensino fundamental, o documento divide suas orientações para os anos iniciais (1º ao 5º) e para os anos finais (6º ao 9º), apresentando os componentes curriculares, como Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia (entre outros), estruturando-os a partir das unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades específicas de cada área. Por fim, no ensino médio, o documento organiza o currículo por áreas do conhecimento: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas, além de definir os itinerários formativos, os quais proporcionam uma maior flexibilidade e personalização no percurso escolar de acordo com os interesses e projetos de vida dos estudantes.

Especificamente ao tratar do componente Língua Portuguesa, a BNCC o divide em quatro eixos de estudo, são eles: leitura; produção de textos; oralidade; análise linguística/semiótica. Desse modo, esses eixos buscam orientar as práticas de linguagem, favorecendo a formação crítica dos estudantes. O eixo leitura está relacionada ao envolvimento do indivíduo com o texto, contribuindo significativamente para o aprimoramento da interpretação de múltiplos gêneros textuais e proporcionando o desempenho positivo no que se refere à competência leitora. O eixo produção de texto está atrelado à mobilização de conhecimentos linguísticos, sociais e discursivos que trabalha na articulação dos textos de forma coerente e coesa, propiciando um discurso adequado à situação comunicativa. Por outro lado, o eixo oralidade representa as situações que ocorrem no interior da fala, promovendo a escuta ativa, o diálogo, e as demais formas de argumentação. Por fim, a análise linguística/semiótica que objetiva a reflexão sobre os sistemas linguísticos, com o foco nos aspectos estruturais, funcionais e de produção de sentido.

Em cada eixo, o documento apresenta as competências e habilidades a serem desenvolvidas pelos estudantes. Desse modo, de acordo com a BNCC (2018), a competência refere-se à “mobilização de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para a resolução de problemas presentes na vida cotidiana” (Brasil, 2018, p.8); já as habilidades, são compreendidas como a capacidade de colocar em prática os conhecimentos adquiridos, ou seja, saber utilizar de forma adequada às situações diversas. Cada habilidade pode representar um conhecimento específico que contribui para o desenvolvimento de outras competências

A BNCC não define o currículo a ser seguido por cada escola, mas se apresenta como um instrumento normativo que deve ser obrigatoriamente considerado na construção dos currículos escolares, visto que, segundo a LDB (1996), a base corresponde a uma parte comum do currículo escolar, a qual deve ser complementada por uma parte diversificada própria de cada sistema de ensino. De acordo com a LDB (1996), no art. 26 define que:

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Brasil, 1996, s/p.)

É com base nesse contexto que cada sistema de ensino deve produzir seu próprio referencial curricular, com intuito de complementar a base comum e descrever os conteúdos próprios de cada região, priorizando os aspectos culturais e regionais de cada estado e município. Partindo desse objetivo que, em 2019, foi publicado

o RCA, documento normativo que visa apresentar as peculiaridades locais próprias do estado do Amapá de forma a complementar as aprendizagens descritas na BNCC.

O presente Documento Curricular do Estado do Amapá segue as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Educação Básica brasileira, levando em consideração que a educação é um direito inalienável de todos os cidadãos e condicionantes para o exercício pleno dos direitos humanos. A proposta curricular do estado se fundamenta na BNCC, com conteúdos contemplados e unificados em território nacional e, na sua diversificação, **apresentam-se discussões necessárias à realidade amapaense**. O documento estadual possibilita a ampliação de uma leitura indispensável aos propósitos de aprendizagem pautada na construção do conhecimento, norteando um momento importante e historicamente coerente para a Educação do Estado do Amapá. (Amapá, 2019, p. 76, grifo nosso)

Como visto, o RCA é um instrumento orientador que ampara discussões necessárias à realidade amapaense, apresentando, em cada componente curricular, competências e habilidades relacionadas às peculiaridades regionais próprias desse povo, preenchendo raízes históricas atreladas à origem, aos modos de falar, à diversidade histórica, cultural e linguística que marcam a identidade do povo do Amapá. No que tange à construção dos currículos escolares o mencionado documento acrescenta que:

uma prática em que a escola possa ter autonomia para elaborar seus currículos segundo a realidade de cada região, de acordo com cada uma das áreas do conhecimento, os conteúdos são convenientes com cada contexto, de forma que possam atender às características de cada sujeito escolar (Amapá, 2019, p. 76).

Partindo dos pressupostos apresentados, o RCA reconhece a autonomia das escolas na construção de seus currículos como um princípio da educação, desde que estejam em concordância com a BNCC, enquanto matriz comum curricular, e com o RCA, voltado à parte diversificada, ambos entendidos como instrumentos normativos que orientam as práticas educativas das instituições amapaenses. Esses documentos não devem ser vistos como estruturas rígidas e imutáveis, mas sim como guias que oferecem suporte aos docentes na elaboração de um fazer pedagógico pautado na criticidade, na reflexão e na promoção da autonomia dos discentes.

No que tange ao ensino de LP, o RCA apresenta uma estrutura próxima da BNCC. Ao tratar do ensino fundamental, mantém a divisão dos anos iniciais e finais e apresenta para cada componente curricular as competências e habilidades a serem desenvolvidas. Nesse sentido, o RCA, assim como a BNCC, destaca a perspectiva enunciativo-discursiva como a mais adequada para amparar às práticas de linguagem na educação básica. Nesse sentido, o documento reporta-se às concepções de língua e linguagem feitas por Bakhtin (1995). Nesse panorama, o RCA (2019, p.76) defende que:

É relevante esclarecer que a BNCC destaca em seu documento a **perspectiva enunciativo-discursiva da linguagem**, que foi definida por Mikail Bakhtin. Nesta concepção, o aluno é **um sujeito do discurso** e o texto só é deslocado do contexto para fins didáticos, como explicação de ferramentas linguísticas. Em outras palavras, o gênero surge como uma fonte micro e macro da linguagem, auxiliando o aluno que, como analista de textos de complexidade ao seu nível de formação, pode compreender seus fins e inadequações discursivas, e produzir seus próprios.

Desse modo, com base na concepção dialógica da linguagem, o RCA, assim como a BNCC, estabelece o ensino de Língua Portuguesa a partir das práticas de linguagem e dos campos de atuação, estruturando-se em torno de quatro eixos: leitura, produção de textos, oralidade e análise linguística/semiótica. Considerando que o presente estudo se dedica ao eixo de análise linguística/semiótica, propomos a seguir uma contextualização mais detalhada desse componente.

2 O eixo análise linguística/semiótica nos documentos curriculares do Amapá

A partir da publicação da BNCC, em 2018, e do RCA, em 2019, o ensino de LP passou a objetivar o desenvolvimento mais efetivo da competência comunicativa dos alunos, promovendo a leitura, a escrita e a análise crítica de textos, por meio da análise linguística. Desse modo, a BNCC definiu cinco campos de atuação que orientam o ensino de LP, sendo eles: campo jornalístico-midiático, campo de atuação na vida pública, campo das práticas de estudo e pesquisa, campo artístico-literário e todos os campos de atuação. Em cada um desses campos, os discentes devem desenvolver habilidades e competências nos quatro eixos da língua: leitura, produção de texto, oralidade e análise linguística/semiótica. Com a mesma estrutura da BNCC, o RCA integra os campos de atuação aos eixos de realização da língua, priorizando uma formação completa, que busque considerar a diversidade cultural e linguística do estado do Amapá, por meio de práticas pedagógicas que estimulem a criatividade e o pensamento crítico dos estudantes.

Partindo do objeto de análise da presente pesquisa, o eixo análise linguística/semiótica no RCA, especificamente nas habilidades gerais do ensino fundamental-anos finais, apresentamos, nesta seção, o conceito, as competências e as habilidades a serem desenvolvidas no mencionado eixo. Diante disso, é importante mencionar que o termo “análise linguística” é anterior a publicação da BNCC, tendo sido cunhado pelo Professor João Wanderley Geraldi, em 1984, no artigo “Unidades básicas do ensino de português”, que faz parte da coletânea “O texto na sala de aula: leitura e produção”, publicada no mesmo ano. Nessa obra, o termo é utilizado para denominar uma nova perspectiva de reflexão sobre o sistema linguístico contraposta ao ensino tradicional.

Analisar os elementos linguísticos de um texto, nesse contexto, deve ser um exercício centrado na produção dos próprios alunos, que assumem simultaneamente os papéis de autores e revisores de seus escritos. Diante desse panorama, de acordo com Geraldi (2011), as aulas de LP não precisam restringir-se apenas a textos exemplares de autores consagrados, mas podem incluir produções que provoquem nos discentes uma reflexão crítica sobre os mecanismos linguísticos, as escolhas discursivas e os efeitos de sentido gerados. Nesse sentido, segundo o autor, para que as atividades desenvolvidas em sala de aula sejam válidas

no processo de produção textual, alguns pontos essenciais devem ser considerados:

a preparação das aulas de prática de análise linguística será a própria leitura dos textos produzidos pelos alunos nas aulas de produção de textos; para cada aula de prática de análise linguística, o professor deverá selecionar apenas um problema. De nada adianta querermos enfrentar de uma vez todos os problemas que podem ocorrer num texto produzido por nosso aluno; fundamentalmente, a prática de análise linguística deve se caracterizar pela retomada do texto produzido na aula de produção (segunda-feira, no horário proposto) para reescreve-lo no aspecto tomado como tema da aula de análise; material necessário para as aulas de prática de análise linguística: os cadernos de redações; um caderno para anotações; dicionários e gramáticas; • em geral, as atividades poderão ser em pequenos grupos ou em grande grupo; • fundamenta essa prática o princípio: “partir do erro para a autocorreção” (Geraldí, 2011, p. 57).

Com base nas colocações de Geraldí (2011), as orientações curriculares para o ensino de língua materna passaram a priorizar novos enfoques, valorizando a prática textual dos próprios alunos e distanciando-se de uma abordagem centrada exclusivamente na teoria gramatical. Complementando a abordagem proposta por Geraldí, Reinaldo e Bezerra (2020) ampliam o escopo das atividades de análise linguística, conferindo-lhe maior abrangência. As autoras apresentam o conceito de análise linguística sob uma perspectiva teórica e prática: a dimensão teórica está centrada nos mecanismos da língua e nas formas de análise orientadas por diferentes quadros metodológicos; já a prática, se manifesta em atividades pedagógicas que podem ser aplicadas diretamente em sala de aula. De acordo com as autoras:

a prática de análise linguística assume um status teórico-metodológico: teórico, porque constitui um conceito que remete a uma forma de observar dados da língua, apoiada em uma teoria; metodológico, porque é utilizado na sala de aula como um recurso para o ensino reflexivo da escrita (Reinaldo e Bezerra, 2020, p. 10).

As autoras visam à reflexão crítica sobre a linguagem e a escrita. Essa práxis é centrada na gramática reflexiva, já apontada por Geraldí (2011), a qual propõe três grandes conjuntos de atividades, sendo elas: linguísticas, cujo foco está no uso da língua e na sua adequação aos objetivos comunicacionais, a partir do domínio dos mecanismos linguísticos que o sujeito já possui (gramática interna); epilinguísticas, focadas em reflexões conscientes ou inconscientes sobre os recursos linguísticos utilizados no curso da interação verbal, se são ou não adequados; e metalinguísticas, que são sempre reflexões conscientes em que a própria língua se torna o conteúdo a ser analisado, uma espécie de metalinguagem a qual se propõe a explicitar como a língua é constituída e como funciona em diferentes situações de interação.

Uma vez compreendido conceito geral de análise linguística, passamos a discutir como ele se apresenta na BNCC e no RCA. Nesse sentido, a matriz comum nacional o descreve como uma prática (meta) cognitiva

que abrange os processos de leitura e produção de textos orais, escritos e multissemióticos (esse último enquadra as diferentes manifestações de textos produzidas na modernidade). Abordando textos multissemióticos, na BNCC, o eixo se apresenta como análise linguística/semiótica referindo-se à diversidade de produções linguísticas, sendo objetos de análise a linguagem verbal oral e escrita, ou de diferentes semioses, a composição dos textos envolvendo aspectos como coesão, coerência e a organização da progressão temática. Em textos orais, a análise considera elementos específicos da fala, como ritmo, altura, intensidade, clareza de articulação, variedade linguística adotada, estilização etc. Além disso, numa perspectiva multissemiótica, estão os elementos paralinguísticos e cinésicos (postura, expressão facial, gestualidade, dentre outros). Quanto ao estilo, são levadas em conta as escolhas lexicais, a variedade linguística, a estilização e alguns mecanismos sintáticos e morfológicos, que variam conforme a situação de produção e o gênero do texto. Já os estudos multissemióticos na BNCC:

[...] a análise levará em conta as formas de composição e estilo de cada uma das linguagens que os integram, tais como plano/ângulo/lado, figura/fundo, profundidade e foco, cor e intensidade nas imagens visuais estáticas, crescendo, nas imagens dinâmicas e performances, as características de montagem, ritmo, tipo de movimento, duração, distribuição no espaço, sincronização com outras linguagens, complementaridade e interferência etc. ou tais como ritmo, andamento, melodia, harmonia, timbres, instrumentos, sampleamento, na música (Brasil, 2018, p. 81).

Como visto, as habilidades previstas na BNCC contemplam tanto a análise dos aspectos estruturais da língua quanto uma abordagem semiótica voltada aos processos de significação das linguagens verbais e não verbais. Nessa perspectiva, o eixo análise linguística/semiótica é concebido de forma articulada, integrando dimensões gramaticais, discursivas, textuais e multissemióticas. Tanto a BNCC quanto o RCA orientam o trabalho com diferentes objetos de conhecimento distribuídos nos diversos campos de atuação social, evidenciando uma compreensão ampliada da linguagem como prática social e interacional.

Entre os objetos de conhecimento mobilizados nesse eixo voltados ao estudo dos textos verbais e não verbais, destacam-se: a construção composicional, estilo e efeitos de sentido; análise de textos legais, normativos, propositivos e reivindicatórios; modalização; elementos paralinguísticos e cinésicos em apresentações orais; uso de ferramentas de apoio à oralidade; gêneros de divulgação científica; marcas linguísticas e intertextualidade; recursos linguísticos e semióticos presentes nos gêneros literários; variação linguística; textualização e progressão temática; fono-ortografia; elementos notacionais da escrita; léxico, morfologia, morfossintaxe e sintaxe; semântica e coesão; sequências textuais; figuras de linguagem; e argumentação, considerando movimentos argumentativos, tipos de argumento e força argumentativa.

Desse modo, o eixo análise linguística/semiótica ultrapassa uma perspectiva estritamente normativa da língua, favorecendo práticas de análise voltadas à produção de sentidos, à construção discursiva e ao uso social da linguagem em diferentes contextos comunicativos. Uma vez compreendida a configuração do eixo análise linguística/semiótica nos documentos curriculares que orientam o ensino de Língua Portuguesa no estado do Amapá, a seção seguinte dedica-se à apresentação dos procedimentos metodológicos que fundamentaram a realização deste estudo.

3 Aspectos metodológicos

Baseando-nos em Marconi e Lakatos (2003), esta pesquisa fundamenta-se no método hipotético-dedutivo, caracterizado pela identificação de um problema de pesquisa, pela formulação de conjecturas explicativas e pela posterior verificação dessas hipóteses através da observação e análise dos dados. Nessa perspectiva, o estudo partiu da constatação de lacunas investigativas relacionadas às matrizes curriculares do estado do Amapá, com especial atenção ao RCA. A partir disso, sabendo que o documento estadual tem por objetivo complementar com aspectos locais às diretrizes da matriz curricular nacional (BNCC), elaboramos algumas hipóteses e, empreendemos a presente pesquisa, de base científica. Especificamente, o objeto de nossa análise se refere ao eixo análise linguística do ensino fundamental - anos finais do RCA, buscando analisar como as peculiaridades linguísticas dos amapaenses são apresentadas nesse documento e como se alinham às diretrizes da BNCC.

No que diz respeito aos tipos de pesquisa e aos procedimentos técnicos adotados, este estudo classifica-se como bibliográfico e documental. A pesquisa é do tipo bibliográfica, conforme os princípios delineados por Gil (2008), pois, fundamentando-se em obras de referência da área da Linguística e do Ensino, as quais permitiram uma compreensão aprofundada do conceito de análise linguística e sua relevância no ensino da Língua Portuguesa, inserimos nossas análises no documento curricular do Amapá.

Em complemento, trata-se também de uma pesquisa documental, respaldada igualmente por Gil (2008), por se apoiar na análise de documentos oficiais e de domínio público, o RCA e a BNCC. Sobre a natureza e as características das abordagens documental e bibliográfica, Gil (2008, p. 45-46) esclarece que:

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental se vale de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. O desenvolvimento da pesquisa documental segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica.

Quanto aos procedimentos realizados na pesquisa, iniciou-se com o mapeamento de todas as habilidades relacionadas ao eixo de análise linguística presentes tanto na BNCC quanto RCA, referentes ao ensino fundamental – anos finais (6º ao 9º ano). Em seguida, foram identificados e analisados, especificamente no RCA, as habilidades, que fazem menção às peculiaridades linguísticas dos estudantes amapaenses, e o caráter descritivo dessas abordagens. Por fim, realizou-se uma comparação entre as habilidades descritas no RCA e aquelas propostas pela BNCC, com o objetivo de verificar os níveis de alinhamento entre as diretrizes curriculares locais e nacionais.

É importante ressaltar que, embora todas as habilidades tenham sido mapeadas e analisadas, por uma questão de espaço e dado os objetivos do presente gênero acadêmico – artigo científico – apresentamos as análises que correspondem às habilidades gerais que compõem o eixo análise linguística para os anos finais. Concluída essa etapa investigativa, a próxima seção apresenta os resultados obtidos.

4 O eixo análise linguística/semiótica em foco: aproximações entre BNCC e RCA

Nesse segmento do texto, apresentamos um demonstrativo composto das habilidades gerais a serem desenvolvidas pelos estudantes ao longo do ensino fundamental – anos finais, no eixo análise linguística/semiótica, presentes na BNCC e no RCA. Nesse sentido, realizamos uma análise comparativa dos componentes curriculares a fim de evidenciar se esses documentos se alinham quanto aos objetos de conhecimento, competências e habilidades.

Partindo desse princípio, uma vez que os campos de atuação tanto da BNCC, quanto do RCA são os mesmos, apresentamos a seguir algumas habilidades presentes no campo jornalístico-midiático, mais especificamente ligadas ao objeto de conhecimento e efeitos de sentido.

Quadro 1 – O eixo análise linguística/semiótica na BNCC e no RCA

Práticas de linguagem	Objetos de conhecimento	Habilidades-BNCC	Habilidades-RCA
Análise linguística/semiótica	Efeito de sentido	(EF69LP18) Utilizar, na escrita/reescrita de textos argumentativos, recursos linguísticos que marquem as relações de sentido entre parágrafos e enunciados do texto e operadores de conexão adequados aos tipos de argumento e à forma de composição de textos argumentativos, de maneira a garantir a coesão, a coerência e a progressão temática nesses textos (“primeiramente, mas, no entanto, em primeiro/segundo/terceiro lugar, finalmente, em conclusão” etc.). (EF69LP19) Analisar, em gêneros orais que envolvam argumentação, os efeitos de sentido de elementos típicos da modalidade falada, como a pausa, a entonação, o ritmo, a gestualidade e expressão facial, as hesitações etc.	(EF69LP18) Utilizar, na escrita/reescrita de textos argumentativos, recursos linguísticos que marquem as relações de sentido entre parágrafos e enunciados do texto e operadores de conexão adequados aos tipos de argumento e à forma de composição de textos argumentativos, de maneira a garantir a coesão, a coerência e a progressão temática nesses textos (“primeiramente, mas, no entanto, em primeiro/segundo/terceiro lugar, finalmente, em conclusão” etc.). (EF69LP19) Analisar, em gêneros orais que envolvam argumentação, os efeitos de sentido de elementos típicos da modalidade falada, como a pausa, a entonação, o ritmo, a gestualidade e expressão facial, as hesitações etc.

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores.

A habilidade (EF69LP18) descrita na BNCC visa aprimorar a escrita e a reescrita de textos argumentativos, garantindo que esses textos sejam claros, coesos e coerentes. A utilização de recursos linguísticos que marcam as relações de sentido entre parágrafos e enunciados é fundamental para que o leitor siga a linha de raciocínio do autor de forma fluida e lógica. Espera-se que, ao desenvolver essa habilidade, o aluno consiga dominar a coesão em seu texto, aprendendo a utilizar conectores e operadores de conexão, criando uma estrutura com fluidez. Já a coerência ajuda a organizar essas ideias de maneira que elas façam sentido em conjunto, de modo que cada parte do texto contribua para a argumentação.

Ao descrever as habilidades EF69LP18 e EF69LP19, é possível identificar como os documentos se alinham a teoria enunciativo-discursiva de Bakhtin (1995), visto que o processo de reescrita do texto coloca o sujeito aprendiz como analista daquilo que escreve, sujeito do discurso. Como sugere Antunes (2009), ao enfatizar que a coesão e coerência são fundamentais para a qualidade textual, propriedade que devem estar em harmonia. A autora sugere que a coesão se refere à ligação entre as partes do texto, devendo estar organizada de maneira a promover a interligação semântica, ou seja, a conexão de significados entre as ideias. Ressalta ainda que a coesão e a coerência não são apenas características desejáveis, mas sim essenciais para que um texto seja claro, lógico e complexo. Nesse sentido, Geraldi (1997) pondera fortes reflexões sobre o processo de reescrita e revisão de textos. Segundo o autor:

“tentaremos mostrar as vantagens de propor a reescrita tardia, ou seja, uma reescrita realizada com um intervalo de tempo significativo entre as duas versões. Consideramos que essa etapa pode ser “adiada”, afinal, “[...] por mais ingênuo que possa parecer, para se produzir um texto é preciso que se tenha o que dizer [...]” (Geraldi, 1997, p. 137).

A partir dos propósitos delineados por Geraldi (1997) de análise das produções elaboradas pelos próprios discentes, considera-se que a habilidade mencionada nos documentos curriculares está em consonância com os aspectos teóricos referentes a análise linguística. No entanto, embora sejam habilidades necessárias aos estudantes, identifica-se que, no RCA, não há nenhuma diferenciação ou especificidade própria da cultura amapaense. O texto apresentado no RCA é o mesmo da BNCC, não cumprindo a prerrogativa de complementar as aprendizagens sistematizadas pela base nacional. A seguir, apresentamos algumas habilidades descritas no campo de atuação “vida pública”:

Quadro 2 – O eixo análise linguística/semiótica na BNCC e no RCA

Práticas de linguagem	Objetos de conhecimento	Habilidade-BNCC	Habilidade-RCA
Análise linguística/ semiótica	Análise de textos legais/normativos, propositivos e reivindicatórios	(EF69LP27) Analisar a forma composicional de textos pertencentes a gêneros normativos/jurídicos e a gêneros da esfera política, tais como propostas, programas políticos (posicionamento quanto a diferentes ações a serem propostas, objetivos, ações previstas), propaganda política (propostas e sua sustentação, posicionamento quanto a temas em discussão) e textos reivindicatórios: cartas de reclamação, petição (proposta, suas justificativas e ações a serem adotadas) e suas marcas linguísticas, de forma a incrementar a	(EF69LP27) Analisar a forma composicional de textos pertencentes a gêneros normativos/jurídicos e a gêneros da esfera política, tais como propostas, programas políticos (posicionamento quanto a diferentes ações a serem propostas, objetivos, ações previstas), propaganda política (propostas e sua sustentação, posicionamento quanto a temas em discussão) e textos reivindicatórios: cartas de reclamação, petição (proposta, suas justificativas e ações a serem adotadas) e suas marcas linguísticas, de forma a incrementar a

		compreensão de textos pertencentes a esses gêneros e a possibilitar a produção de textos mais adequados e/ou fundamentados, quando isso for requerido	compreensão de textos pertencentes a esses gêneros e a possibilitar a produção de textos mais adequados e/ou fundamentados, quando isso for requerido
--	--	---	---

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores.

A habilidade EF69LP27 propõe o estudo de gêneros textuais inseridos na esfera da vida pública, como propostas, programas políticos, propagandas eleitorais, cartas de reclamação e petições, entre outros. Esses gêneros apresentam marcas linguísticas específicas e forte caráter apelativo, articulando argumentos que convocam o leitor a assumir posicionamentos críticos. Por estarem vinculados a práticas comunicativas reais, tais textos dialogam diretamente com o cotidiano dos discentes, tornando-se instrumentos essenciais para o desenvolvimento da criticidade, da autonomia intelectual e da capacidade de reflexão diante de contextos sociais e políticos.

Dessa forma, a habilidade em questão se insere no eixo de análise linguística, podendo ser operacionalizada por meio de atividades de caráter epilinguístico, nas quais os discentes são instigados a avaliar se os efeitos de sentido pretendidos pelos interlocutores são efetivamente alcançados a partir das escolhas linguísticas realizadas. Também são propostas atividades de natureza metalinguística, que visam à análise da adequação global do texto aos objetivos comunicacionais específicos de cada gênero. No entanto, também no campo vida pública, percebemos que as habilidades do RCA estão idênticas as da BNCC, sem incorporar peculiaridades ou fenômenos linguísticos característicos da região norte, como os mecanismos linguístico-argumentativos recorrentes nos discursos populares amapaenses, que poderiam enriquecer o ensino com abordagens regionalizadas e valorizadoras das práticas discursivas locais.

Na sequência, apresentamos as habilidades próprias do campo de atuação “estudo e pesquisa”. Esse campo é essencial para o ensino de LP, uma vez que estimula a leitura crítica de textos informativos, científicos e técnicos, aprofundando-se no processo de produção de gêneros textuais que serão essenciais à vida acadêmica, tais como: resumos, resenhas, fichamentos, relatórios e artigos.

Quadro 3 – O eixo análise linguística/semiótica na BNCC e no RCA

Práticas de linguagem	Objetos de conhecimento	Habilidade-BNCC	Habilidade-RCA
Análise linguística/ semiótica	Marcas Linguísticas Intertextualidade	(EF69LP43) Identificar e utilizar os modos de introdução de outras vozes no texto – citação literal e sua formatação e paráfrase –, as pistas linguísticas responsáveis por introduzir no texto a posição do autor e dos outros autores citados (“Segundo X; De acordo com Y; De minha/nossa parte, penso/amos que”...) e os elementos de normatização (tais como as regras de inclusão e formatação de citações e	(EF69LP43) Identificar e utilizar os modos de introdução de outras vozes no texto – citação literal e sua formatação e paráfrase –, as pistas linguísticas responsáveis por introduzir no texto a posição do autor e dos outros autores citados (“Segundo X; De acordo com Y; De minha/nossa parte, penso/amos que”...) e os elementos de normatização (tais como as regras de inclusão e formatação de citações e

		paráfrases, de organização de referências bibliográficas) em textos científicos, desenvolvendo reflexão sobre o modo como a intertextualidade e a retextualização ocorrem nesses textos.	paráfrases, de organização de referências bibliográficas) em textos científicos, desenvolvendo reflexão sobre o modo como a intertextualidade e a retextualização ocorrem nesses textos.
--	--	--	--

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores

As habilidades vinculadas ao campo de atuação “estudo e pesquisa” visam promover a aprendizagem de mecanismos essenciais à retextualização, como o uso adequado de paráfrases, citações diretas e indiretas, além de estimular o domínio de formas discursivas próprias dos textos científicos. Tais competências são fundamentais para que os estudantes alcancem êxito no futuro ambiente acadêmico. Nesse contexto, Geraldi (1997) destaca que o trabalho com a linguagem deve considerar a multiplicidade das práticas sociais e discursivas, inserindo os alunos em situações autênticas de produção textual. Corroborando essa perspectiva, Antunes (2003) ressalta que o ensino de Língua Portuguesa deve transcender a dimensão normativa da linguagem, favorecendo a reflexão crítica, o domínio dos gêneros acadêmicos e o desenvolvimento da autonomia intelectual.

No entanto, conforme evidenciado no quadro 3, observa-se a ausência de referências a elementos culturais ou formas linguísticas específicas do estado do Amapá. Nesse campo de atuação, as habilidades propostas no RCA se mostram semelhantes às descritas na BNCC. Cabe destacar que, sendo a função do documento estadual a de orientar os docentes e complementar as diretrizes nacionais, a reprodução integral das habilidades presentes na BNCC compromete sua finalidade original. Tal prática dificulta a compreensão sobre a validade e a aplicabilidade do RCA por parte dos professores amapaenses, uma vez que o documento deixa de considerar particularidades locais que poderiam enriquecer o processo de ensino-aprendizagem. A seguir, expomos as habilidades referentes ao campo artístico-literário.

Quadro 4 – O eixo análise linguística/semiótica na BNCC e no RCA

Práticas de linguagem	Objetos de conhecimento	Habilidades- BNCC	Habilidades- RCA
Análise linguística/semiótica	Variação linguística	(EF69LP55) Reconhecer as variedades da língua falada, o conceito de norma-padrão e o de preconceito linguístico.	(EF69LP55) Reconhecer as variedades da língua falada, o conceito de norma-padrão e o de preconceito linguístico.
		(EF69LP56) Fazer uso consciente e reflexivo de regras e normas da norma-padrão em situações de fala e escrita nas quais ela deve ser usada.	(EF69LP- AP09) Identificar as variedades linguísticas e as línguas faladas nas comunidades indígenas do Amapá, Registrando, em áudio e vídeo, eventos de fala (cantos, rezas, narrativas, depoimentos), que ainda resguardam traços linguísticos e culturais dos Karipuna e dos Galibi Marworno.

			(EF69LP56) Fazer uso consciente e reflexivo de regras e normas da norma-padrão em situações de fala e escrita nas quais ela deve ser usada.
--	--	--	---

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores

A habilidade (EF69LP55) da BNCC, presente no campo artístico-literário, tem por objetivo reconhecer as variedades da língua falada, o conceito de norma-padrão e o de preconceito linguístico. Através dessas habilidades os alunos devem compreender a diversidade linguística, identificando e respeitando as diferentes formas de falar e escrever a língua, que variam de acordo com fatores como região, idade e contexto. Por outro lado, a habilidade seguinte (EF69LP56), pertencente ao mesmo campo de conhecimento visa valorizar a norma-padrão, entendendo que há uma convenção que facilita a comunicação em contextos formais, como na escola e no trabalho, sem desmerecer as outras variedades linguísticas. Dessa forma, identificamos que as habilidades estão em consonância com a perspectiva de ensino reflexivo da língua proposto por Geraldi (2011), por meio de atividades linguísticas, epilinguísticas e metalinguísticas.

Diferente dos outros campos de atuação, o campo “artístico-literário” apresenta uma habilidade diferente da matriz nacional, a EF69LP-AP09. Abordando um enfoque nos povos originários habilitantes do Amapá, essa habilidade promove a identificação das variedades linguísticas e das línguas faladas nas comunidades indígenas amapaenses, sugerindo que os discentes registrem em áudio e vídeo eventos de fala (cantos, rezas, narrativas, depoimentos) que ainda preservam traços linguísticos e culturais dos Karipuna e dos Galibi Marworno. A descrição dessa habilidade corresponde ao objetivo do eixo análise linguística no RCA com foco em refletir sobre os mecanismos linguísticos próprios dos falares regionais.

No universo da pesquisa realizada, foram mapeadas 12 habilidades gerais no eixo análise linguística no RCA, entre as quais apenas uma se diferencia da BNCC, referindo-se às peculiaridades culturais e linguísticas específicas do povo amapaense. Nesse contexto, considera-se que, embora o RCA contemple uma habilidade voltada às questões identitárias locais, sua abordagem ainda se mostra limitada no que diz respeito à valorização cultural do estado, tão múltipla e diversa.

Portanto, observa-se, no RCA, uma abordagem restrita no que tange à valorização dos aspectos culturais e linguísticos locais e regionais, uma vez que não contempla manifestações culturais representativas do estado, como aquelas presentes em comunidades quilombolas, como o marabaixo e outras. Essas expressões poderiam ser incorporadas às atividades linguísticas, metalinguísticas e epilinguísticas previstas no eixo de análise linguística, promovendo uma articulação mais ampla entre currículo e a identidade sociocultural do povo amapaense.

Considerações finais

De acordo com o objetivo desta pesquisa, buscou-se analisar como os conteúdos presentes no eixo análise linguística do RCA voltados ao ensino fundamental anos finais relacionam as especificidades linguísticas amapaenses e se articulam com as competências estabelecidas pela BNCC. Desse modo, realizou-se uma análise comparativa entre o RCA e a BNCC, a qual evidenciou a presença de inúmeras habilidades semelhantes nos dois documentos.

Embora as matrizes curriculares reconheçam a relevância do desenvolvimento das competências linguísticas, apresentando habilidades alinhadas aos pressupostos teóricos de estudiosos consagrados da área, verifica-se que o RCA cumpre apenas parcialmente sua função de complementar a BNCC. A análise identificou 12 habilidades distribuídas entre os diferentes campos de atuação previstos no documento, das quais apenas uma se distingue do texto presente na BNCC: a habilidade EF69LP-AP09, que contempla as variações linguísticas dos povos Karipuna e Galibi Marworn, habitantes do estado amapaense. Ainda que essa inclusão represente um pequeno avanço, percebe-se a ausência de outras manifestações culturais e linguísticas significativas, como aquelas presentes em comunidades quilombolas ou das expressões artísticas regionais, como o marabaixo. Essas práticas poderiam enriquecer o eixo de análise linguística, tornando-o mais representativo e sensível à diversidade sociocultural do estado.

Além disso, constata-se que a elevada similaridade entre os documentos pode gerar desafios para os docentes do estado, especialmente quanto à compreensão dos objetivos específicos de cada matriz curricular. Essa situação dificulta a percepção da necessidade de consultar, em seus planejamentos, o RCA, já que o texto do documento estadual reproduz, em grande parte, o conteúdo da base nacional. Por outro lado, embora o RCA adote a perspectiva enunciativo-discursiva da linguagem, informação explícita no documento, acaba se afastando das manifestações linguísticas e das práticas sociais locais, limitando as possibilidades de um ensino significativo de Língua Portuguesa. Essa lacuna compromete a valorização da identidade regional no âmbito escolar.

Referências

ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro & interação**. 6. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

ANTUNES, Irandé. **Língua, texto e ensino: outra escola possível**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009. (Estratégias de ensino, v. 10).

AMAPÁ. **Referencial Curricular Amapaense: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Aprovado pela Resolução nº 15/2019 do Conselho Estadual de Educação do Amapá. 2019. Disponível em: <https://www.see.ap.gov.br/> Acesso em: 15 jun. 2025.

BAKHTIN, Mikhail; VOLOCHINOV, Valentin Nikolaevich. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/> . Acesso em: 15 jun. 2025.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Língua Portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 27 de jul de 2025.

BEZERRA, Maria Auxiliadora; REINALDO, Maria Augusta. **Análise linguística: afinal, a que se refere?** 2. ed. Recife: Pipa Comunicação; Campina Grande: EDUFCG, 2020.

GERALDI, João Wanderley. **Portos de passagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

GERALDI, João Wanderley (Org.). **O texto na sala de aula**. 5. ed. São Paulo: Ática, 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SANTOS, Clóvis Roberto dos. **Educação escolar brasileira: estrutura, administração, legislação**. 2. ed. atual. e ampl. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática nos 1º e 2º graus**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997.